

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR**

Praça Floriano Peixoto, s/n - PILAR/AL.  
FONE: (082) 3265-1628

**Lei nº 463/2011, em 04 de março de 2011.**

**Institui o Controle Interno do Poder Legislativo do Município de Pilar e dá outras providências.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PILAR, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído, no âmbito do Poder Legislativo, o Controle Interno do Município de Pilar, para exercer o controle e a fiscalização das contas públicas, nos termos preconizados pelos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Parágrafo único** – O Controle Interno abrangerá a fiscalização de todos os órgãos do Poder Legislativo.

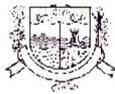
**Art. 2º** - Fica criado no Quadro de Provimento em Comissão do Poder Legislativo da Câmara Municipal de Pilar, 01 (um) cargo comissionado de Analista de Controle Interno, a ser preenchido por nomeação do então Presidente desta Casa Legislativa, devendo ocupar o cargo de Controlador Interno. .

**§ 1º** - O Valor a ser percebido pelo Controlador Interno será de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais).

**§ 2º** - O ocupante do cargo de Analista de Controle Interno deverá possuir nível de escolaridade superior, dominar os conceitos relacionados ao controle interno e à atividade de auditoria, e demonstrar conhecimento sobre matéria orçamentária, financeira e contábil, além da respectiva legislação vigente.

**Art. 3º** - É vedada a indicação e nomeação para o exercício de função ou cargo relacionado com o Sistema de Controle Interno, de pessoas que tenham sido, nos últimos 05 (cinco) anos:

I – responsabilizadas por atos julgados irregulares, de forma definitiva, pelos Tribunais de Contas;



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR**

Praça Floriano Peixoto, s/n - PILAR/AL.  
FONE: (082) 3265-1628

II – punidas, por decisão da qual não caiba recurso na esfera administrativa, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público, em qualquer esfera de governo;

III – condenadas em processo por prática de crime contra a Administração Pública, capitulado nos Títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, ou por ato de improbidade administrativa previsto na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

**Art. 4º - Compete ao Controle Interno:**

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo, bem como do orçamento do Município, auxiliando em sua elaboração e fiscalizando sua execução;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação das subvenções e dos recursos públicos, por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

V – fiscalizar o cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

VI – dar ciência ao Chefe do Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas de qualquer irregularidade que tomar conhecimento;

VII – emitir Relatório sobre as contas do Poder Legislativo, que deverá ser assinado pelo Controlador Interno, assinando igualmente as demais peças que integram os relatórios de Gestão Fiscal e de contas, juntamente com o Presidente da Câmara e o Contador;

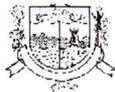
VIII – emitir relatório de análise de gestão, semestralmente, devendo o mesmo ser de responsabilidade exclusiva do Controle Interno, e encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

**Art. 5º - Além dos impedimentos capitulado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, é vedado aos servidores com função nas atividades de Controle Interno exercer:**

I – Atividade político-partidária;

II – patrocinar causa contra a Administração Pública Municipal.

**Art. 6º - Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos servidores de Controle Interno, no exercício das atribuições inerentes às atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão.**



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR**

Praça Floriano Peixoto, s/n - PILAR/AL.  
FONE: (082) 3265-1628

**Parágrafo único** – O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do sistema de controle interno no desempenho de suas funções institucionais ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

**Art. 7º** - O servidor que exercer funções relacionadas com o Controle Interno deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidas em decorrência do exercício de suas atribuições e pertinentes aos assuntos sob a sua fiscalização, utilizando-os para elaboração de relatórios e pareceres destinados aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo e ao Tribunal de Contas do Estado.

**Art. 8º** - As despesas do Sistema de Controle Interno correrão à conta de dotações próprias, fixadas anualmente no Orçamento Fiscal do Município ou através de Lei Municipal para criar a dotação específica.

**Art. 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pilar, em 04 de março de 2011.

**Oziel Alves de Barros**  
**Prefeito**

Certifico para os devidos fins que a Lei Municipal nº 463/2011, de 04 de março de 2011, foi registrada e publicada na sede da Secretaria Municipal de Administração do Município de Pilar-AL, em 04 de março de 2011.

**Maria Deuza de Farias Lages**  
Secretária Municipal de Administração